

COMUNIDADE INTERMUNICIPAL
VISEU DÃO LAFÕES

ATA N.º 7 DO CONSELHO INTERMUNICIPAL

— Aos seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, na cidade de Tondela, na sede da CIM, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, sob a presidência do Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto e representando o número de eleitores abaixo indicado, os seguintes membros: —

Município	Eleitores	Cargo	Nome
Aguiar da Beira	6.416	Presidente	Joaquim António Marques Bonifácio
Carregal do Sal	9.500	Presidente	Rogério Mota Abrantes
Castro Daire	15.372	Presidente	Paulo Martins de Almeida
Mangualde	18.844	Presidente	João Nuno Ferreira G. de Azevedo
Nelas	13.149	Presidente	José Manuel Borges da Silva
Oliveira de Frades	9.066	Presidente	Paulo Manuel Robalo da Silva Ferreira
Penalva do Castelo	8.134	Presidente	Francisco Lopes de Carvalho
Santa Comba Dão	10.936	Vice-Presidente	Joaquim Agostinho Marques
São Pedro do Sul	16.387	Vice-Presidente	Pedro Miguel Mouro Lourenço
Sátão	13.814	Presidente	Paulo Manuel Lopes dos Santos
Tondela	26.767	Presidente	José António Gomes de Jesus
Vila Nova de Paiva	6.687	Presidente	José Morgado Ribeiro
Viseu	94.295	Vice-Presidente	Joaquim Ferreira Seixas
Vouzela	9.413	Presidente	Rui Miguel Ladeira Pereira

— A ordem de trabalhos presente na convocatória foi a seguinte: —

— 1 - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; —

— 2 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 06/02/2018; —

— 3 - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 20/02/2018; —

— 4 - Análise, discussão e votação da proposta de designação de personalidade para integrar, com o cargo de Presidente, o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Tondela Viseu, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 21º do Anexo II ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; —

— 5 - Análise, discussão e votação da proposta de designação de dois representantes, um efetivo e outro substituto, de entre os 12 municípios da CIM Viseu Dão Lafões que integram a Região Hidrográfica do Centro, para serem nomeados como vogais da ANMP

no Conselho de Região Hidrográfica do Centro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 6 - Análise, discussão e votação da proposta de designação de quatro representantes, de entre os municípios da CIM Viseu Dão Lafões que integram a área de intervenção territorial do Centro de Emprego e Formação Profissional de Viseu, nos termos do artigo 19º da Portaria nº 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria nº 191/2015, de 29 de junho, conjugadas com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 7 - Análise, discussão e votação da proposta de reprogramação física e financeira da Rede Cultural Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 102/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----


— 8 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo Quadro para o fornecimento de acessórios de água”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 098/2018, de 23 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 9 - Análise, discussão e ratificação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2018, de acordo com as Informações de Serviço n.º 091/2018, de 22 de fevereiro, nos termos do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 10 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo do Acordo Quadro AQ_03/2016, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço 101/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 11 - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de viatura de serviço, em sistema de renting operacional”, de acordo com a Informação de Serviço nº 100/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 12 - Análise, discussão e votação da autorização da realização da despesa e abertura de procedimento para a “Aquisição de serviços, em regime de tarefa e avença, para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, de acordo com a Informação de Serviço nº 105/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;-----



— 13 - Análise, discussão e votação do Relatório Final relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança relativos à empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística em Viseu Dão Lafões” (AD_04/2018), de acordo com a Informação de Serviço nº 085/2018, de 21 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 14 - Análise, discussão e votação da proposta de aprovação de novos prazos contratuais, no âmbito da contratação pública, de acordo com as Informações de Serviço n.º 109/2018 e 110/2018, ambas de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;-----

— 15 - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município de São Pedro do Sul, de acordo com a Informação de Serviço n.º 104/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

— Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificado haver “quórum” para funcionamento do órgão, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto declarou aberta a reunião. —

— Período de Antes da Ordem do Dia. -----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informou os presentes que tinha solicitado a presença, na reunião do Conselho Intermunicipal, do Secretário Executivo, Nuno Martinho, nos termos do nº 6 do art.º 89º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informou o Conselho Intermunicipal da correspondência recebida, nomeadamente, a carta remetida pela empresa EDP Distribuição, onde esta solicitava o agendamento de uma reunião de trabalho com o Conselho Intermunicipal, no âmbito da futura concessão da rede de distribuição de energia.-----

— Informou, também, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, que a CIM tinha recebido um convite, da Agência Portuguesa de Ambiente, para uma reunião de trabalho, a realizar no dia 13 de março, em Coimbra.

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Joaquim Seixas, que informou o Conselho Intermunicipal que era intenção do seu município apresentar o evento Europeade 2018, solicitando, ainda, que a mesma fosse feita pelo Senhor Vereador Jorge Sobrado.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Vereador da Câmara de Viseu, Jorge Sobrado, que apoiado numa apresentação powerpoint apresentou o referido evento, tendo-se colocado à disposição dos presentes para esclarecer eventuais dúvidas que a mesma tivesse suscitado.-----

— Esclarecido que foi o modelo de funcionamento e de eventual participação de grupos de folclore da região e em face da ausência de mais questões, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, agradeceu a presença do Senhor Vereador, tendo de imediato informado os presentes que o Senhor Presidente da Direção da AIRV, João Cotta, tinha solicitado que o Conselho Intermunicipal o recebesse, para que pudesse apresentar a ação que a Associação Empresarial da Região de Viseu estava a desenvolver com vista a subscrição da petição relativa ao IP3. -----


— Concluiu a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, informando, que tal pretensão tinha surgido no seguimento da reunião que tinha tido com o Senhores Presidentes da Direção e da Assembleia Geral da AIRV, João Cotta e Jorge Coelho, respetivamente, quando este vieram apresentar cumprimentos e os novos órgãos sociais da associação, sendo que, na sua opinião, e caso o Conselho Intermunicipal concordasse a CIM Viseu Dão Lafões passaria, também a subscrever a referida petição.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Direção da AIRV, João Cotta, que começou a sua intervenção agradecendo a disponibilidade demonstrada pelo Conselho Intermunicipal para o receber, sendo que o motivo da sua presença se prendia com a petição para a requalificação do IP3, que se iria realizar no próximo dia 24 de março.---

— Neste sentido, o Senhor Presidente da Direção da AIRV convidou a CIM e os Senhores Presidentes a associarem-se à ação, participando, de forma ativa, na angariação de assinaturas, nomeadamente nas imediações das grandes superfícies comerciais dos diversos municípios, inclusive com a presença dos Senhores Presidentes nos locais de angariação de assinaturas. -----

— Concluiu a sua intervenção, informando, que num segundo momento, após a recolha das assinaturas, se iria realizar uma conferência de imprensa de balanço da ação.

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que saudou a preocupação da AIRV com um eixo estratégica para a região como era o IP3, sendo que essa preocupação vinha ao encontro da visão estratégica que a CIM Viseu Dão Lafões tem para o IP3 e o seu caráter estrutural para a região.-----



— Continuou a sua intervenção o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, afirmando, que, na sua opinião, a petição vinha ajudar a região no estabelecimento de uma estratégia de diálogo entre a CIM Viseu Dão Lafões e o Governo, nomeadamente, no seguimento do repto lançado pela CIM ao Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, que, inclusive, já mostrou disponibilidade para se reunir com o Conselho Intermunicipal para, em conjunto, se analisar o problema, e a definição de um cronograma e modelo de intervenção.-----

— Concluiu a sua intervenção, alertando, para o facto de que a apresentação pública apenas deveria surgir no seguimento do conhecimento da vontade e forma de resolução do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, nomeadamente, para o eixo Viseu – Coimbra, não se considerando, neste caso, a questão do anel exterior de Coimbra, que não é uma questão que deva ser misturada com o IP3, dado ser diversa deste. -----

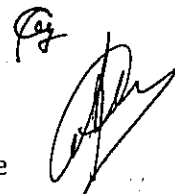
— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, João Azevedo, que felicitou, a AIRV, pela iniciativa, que, na sua opinião, vinha reforçar a legitimidade da região quanto à problemática da requalificação do IP3, sendo que, também na sua opinião, era importante perceber as tensões existentes em volta da requalificação do IP3 e do porque da sua existência.-----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que para além de felicitar a AIRV pela iniciativa, propôs que, caso o número de assinaturas angariado fosse significativo, deveria a petição ser utilizada para procurar obter uma resolução da Assembleia da República sobre a requalificação do IP3.

— Em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, concluiu que era vontade unanime dos presentes que a CIM passasse a ser subscritora da petição e que todos os presentes se iriam envolver na obtenção do maior número de assinaturas possíveis em cada um dos seus municípios, tendo de imediato agradecido a presença do Senhor Presidente da Direção da AIRV.-----

— Continuou a sua intervenção o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, informando, que continuava a aguardar que o Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas agendasse a reunião anteriormente referida.-----

— O Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto continuou a sua intervenção, solicitando, que os presentes, se pronunciassem sobre a tomada de posição



da CIM Viseu Dão Lafões no âmbito das faixas de gestão de combustíveis, uma vez que o documento tinha circulado por todos e tinha acabado de ser distribuído em papel. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que afirmou discordar da versão inicial do documento, pois não subscrevia a maioria dos considerandos do mesmo. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Joaquim Seixas, que começou a sua intervenção, afirmando, que o documento em análise estava em sintonia com o documento da ANMP. —

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, que o problema se coloca ao nível da responsabilidade pessoal, sendo que, apesar de questionado sobre isto, o Senhor Ministro nada diz, pelo que é importante que tenhamos todos consciência, plena, de que estamos todos envolvidos e abrangidos por este problema, sendo que em maio será um problema real para todos nós. —

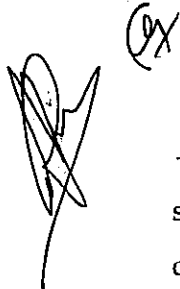
— Concluiu a sua intervenção, afirmando, que o problema não se resolve melhor nem mais de pressa penalizando os municípios em 20% do FEF, resolve-se, na sua opinião, com diálogo entre o governo e as autarquias. —

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Almeida, que sugeriu que a tomada de posição fosse, também, endereçada ao Senhor Secretário de Estado da Proteção Civil. —

— Assim, analisada, na sua globalidade, e efetuadas as alterações acordadas ao documento base, e em face da ausência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal questionou os presentes se concordavam com o teor da mesma, o que em face da anuência de todos os presentes a considerou aprovado por unanimidade. —

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, que informou que no âmbito do evento “Queijo Serra da Estrela à Chef” se iria realizar, em Penalva do Castelo, na Casa da Ínsua, o programa de televisão “Expresso da Meia-noite”, sendo que a CIM tinha sido convidada para participar no mesmo. —

— Referiu a este propósito, o senhor Presidente do Conselho intermunicipal substituto que a realização do programa teria um custo global, para a CIM Viseu Dão Lafões, de seis mil euros, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, tendo o mesmo sido aprovado pela unanimidade dos presentes. —

Handwritten signature and initials in the top left corner of the page.

— Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho que começou a sua intervenção, solicitando a colaboração dos Senhores Presidentes para que os serviços dos municípios respondessem, no mais curto espaço de tempo possível à solicitação feita pelos serviços da CIM relativamente aos percursos pedestres, nomeadamente sobre as autorizações de colocação de sinalização, dado o Tribunal de Contas ter solicitado que fosse apresentada a declaração que autorizava a utilização desses caminhos.-----

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, alertando, os presentes para o facto de, no âmbito da mobilidade e dos transportes, alguns municípios ainda não terem respondido aos pedidos de esclarecimentos solicitados pelos serviços da CIM e da empresa que está a assessorar a Comunidade Intermunicipal.-----

— Concluiu este tema, o Senhor Secretário Executivo, propondo que fosse agendada uma reunião de trabalho dedicada em exclusivo à problemática da mobilidade e dos transportes, nomeadamente à análise da rede que atualmente se encontra ao dispor dos cidadãos, tendo a mesma merecido a aprovação unanime dos presentes.-----

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, alertando os presentes para o grau de desenvolvimento em que se encontrava o projeto de gestão de vias, bem como para o facto de se encontrar agendada, para o próximo dia 12 de março, uma reunião de trabalho com os técnicos e os vereadores do pelouro, sendo que a mesma tinha como objetivo a resolução de alguns problemas e a definição de um cronograma de trabalhos com vista ao encerramento da fase de implementação. -----

— O Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, informou os presentes que o CODIS Viseu tinha solicitado uma reunião de trabalho com os técnicos e vereadores dos municípios com vista à realização de uma ação de sensibilização destes relativamente à Segurança contra Incêndios em Edifícios. -----

— Continuou a sua intervenção o Senhor Secretário Executivo, informando, que no âmbito do Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas se tinha concluído o respetivo plano de ação, sendo que a equipa técnica já tinha enviado o relatório final. -----

— Concluiu este tema, solicitando aos Senhores Presidentes que promovessem, junto dos técnicos e dos vereadores, a leitura do documento, dado o mesmo conter as ações que os municípios pretendem desenvolver no curto e no médio prazo. -----

— O Senhor Secretário Executivo informou o Conselho Intermunicipal que no âmbito do projeto de empreendedorismo nas Escolas de Viseu Dão Lafões, já se tinham realizado

as conferências Teen nos diversos municípios, sendo que as próximas ações a desenvolver, no âmbito do referido projeto, era o colóquio destinado aos professores de todos os níveis de ensino que se encontravam a lecionar nas escolas da região, sendo que o mesmo se iria realizar nos dias 10 e 17 de março próximos. -----


---- Ainda no âmbito do empreendedorismo, o Senhor Secretário Executivo, informou, o Conselho Intermunicipal, que os serviços estavam a ultimar os relatórios relativos às candidaturas submetidas na 1ª fase do SI2E, sendo que, mesmo assim, se encontravam por analisar as candidaturas da 2ª e 3ª fases, e que eram muitas, pelo que se tornava necessário o reforço das equipas do Organismo Intermédio (EAT). -----

---- Referiu, ainda, o Senhor Secretário Executivo, que no âmbito da instalação dos medidores de gás radão tinha sido remetido pela CIM um e-mail onde era solicitado aos municípios que identificassem o técnico municipal que iria acompanhar a empresa responsável pela instalação dos referidos sensores. -----

---- Continuou a sua intervenção, o Senhor Secretário Executivo, referindo, que se tinha realizado uma reunião de trabalho entre a CIM e os quatro municípios abrangidos pela Ecopista do Vouga, onde este tinham decidido, de forma unanime, avançar para a requalificação da Ecopista do Vouga, tendo ficado, o Senhor Secretário Executivo, incumbido de dar conhecimento dessa decisão ao Turismo de Portugal, bem como, da aceitação da proposta de apoio financeiro de dois milhões de euros efetuada pelo Turismo de Portugal, no âmbito da candidatura efetuada ao Programa Valorizar. -----

---- Concluiu este assunto, o Senhor Secretário Executivo, referindo, que, também, tinha ficado acordado que o Senhor Presidente da Câmara de Vouzela iria contactar a empresa Infraestruturas de Portugal, S.A. por causa das obras de arte que iriam ser recuperadas no âmbito da requalificação da Ecopista do Vouga, com o intuito de se perceber se era possível obter algum tipo de comparticipação por parte da empresa. -----

---- O Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, concluiu a sua intervenção, relembrando, os presentes da solicitação feita pela Senhora Presidente do Centro 2020 para que fosse apresentada a proposta de reprogramação do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões, sob pena de num futuro próximo o território poder ser penalizado por não o ter feito em devido tempo, pelo que iria enviar no dia seguinte um e-mail a cada um dos Senhores Presidentes com as orientações necessárias à realização da reprogramação, bem como, um mapa onde



constavam todos os investimentos para que o exercício de reprogramação fosse mais fácil.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou a sua intervenção, felicitando, o Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, pela ação desenvolvida no âmbito da BTL, nomeadamente o jantar do dia 1 de março.--

---- Concluiu a sua intervenção, questionando, do motivo da ausência da Senhora Secretária de Estado do Turismo, pois a informação que tinha era que a mesma tinha confirmado a sua presença, pelo que gostava de saber se esta tinha mesmo confirmado a presença no jantar de 1 de março, tanto mais que depois de os municípios se terem colocado de acordo relativamente à Ecopista do Vouga e ao projeto Aldeias do Caramulo, foi uma desilusão a sua ausência.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que em resposta ao questionado pelo Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, esclareceu os presentes que a Senhora Secretária de Estado do Turismo tinha confirmado a sua presença com uma semana de antecedência e reiterado essa presença no dia anterior ao evento em causa.-----

---- Verificada a inexistência de mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, deu por encerrado o período de antes da ordem do dia.-----

---- Período da Ordem do Dia.-----

---- Quanto ao **primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, José Morgado Ribeiro, que começou a sua intervenção, realçando, o facto de ser necessário que o Conselho Intermunicipal reflita sobre o que se estava a passar relativamente à liderança da CIM Viseu Dão Lafões, pois parecia-lhe que esta era a única Comunidade Intermunicipal que ainda não tinha conseguido eleger o seu presidente e vice-presidentes.-----

---- Neste sentido, o Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, e em face do trabalho desenvolvido pelo atual Presidente do Conselho Intermunicipal, propunha que se sancionasse o trabalho até aqui desenvolvido por uma eleição unânime do atual Presidente e Vice-presidentes.-----

— Concluiu a sua intervenção, referindo, que a presente situação já era motivo de interrogação por parte da comunicação social e dos cidadãos em geral, sendo, na sua opinião, um fator depreciativo para a CIM Viseu Dão Lafões, pelo que, não propondo que se realizasse a eleição de imediato, se reserva o direito de a propor numa próxima reunião. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que começou a sua intervenção, afirmando, que não concordava com a opinião expressa pelo Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva, pois não lhe parecia existir esse ambiente depreciativo a que aludia. -----

— Continuou a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara de Tondela, afirmando, que a pior coisa que se poderia fazer ao atual Conselho Intermunicipal e à CIM Viseu Dão Lafões era provocar um ato eleitoral que iria, certamente, enfraquecer a CIM, pelo que, na sua opinião, o melhor é manter a atual situação, tornando-a estável, dado ter percebido que não será possível a obtenção de um consenso político entre as duas forças partidárias, pois os votos contra que iriam aparecer seriam sempre de natureza política e não pessoal, mas enfraqueceriam, sempre, os visados. -----

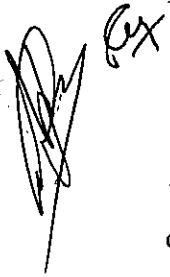
— Concluiu a sua intervenção, reiterando, a sua convicção de que estava encontrada a solução, sendo que a mesma não poderia ser legitimada pelo voto, dado a mesma ter um caráter jurídico, assente no parecer emanado pela CCDR do Centro. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, Rui Ladeira, que começou a sua intervenção, afirmando, estar plenamente de acordo com a intervenção proferida pelo Senhor Presidente da Câmara de Tondela. -----

— Referiu, ainda, o Senhor Presidente da Câmara de Vouzela, que caso se venha a optar por se sufragar o nome de alguém, sem que esteja acordado o modelo de governança da CIM, os autarcas do PSD não abdicarão da posição anteriormente assumida. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, João Azevedo, que começou a sua intervenção, afirmando, que o Partido Socialista tinha tomado uma decisão sobre o assunto em apreço e a tinha balizado no tempo, sendo que os seus autarcas a tinha expressado no próprio Conselho Intermunicipal, bem como os do PSD.

— Assim, concluiu o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, depois das declarações dos Senhores Presidentes de Tondela e de Vouzela constata-se que a votação não obterá a dupla maioria prevista na lei, pelo que se tal vier a acontecer se demite, de imediato, do lugar de Vice Presidente substituto que atualmente desempenha. -----



— Foi dada a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, Joaquim Seixas, que começou a sua intervenção, referindo, que todos temos que tomar decisões que favoreçam a CIM e não que a enfraqueçam ou que enfraqueçam quem a ela agora preside. —————

— Continuou a sua intervenção, salientando, que, ao senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, nada foi apontado em termos pessoais, sendo que este tem demonstrado uma grande dignidade e trabalho no desempenho do cargo, sendo que, na sua opinião, votações já houve de mais. —————

— Neste sentido, concluiu o Senhor Vice Presidente da Câmara de Viseu, caso se venha a realizar mais alguma votação a mesma deve estar devidamente garantida para que não se “queime” mais nenhum nome. —————

— Retomou a palavra o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, agradecendo, as palavras amáveis que lhe foram dirigidas, sendo que a situação que sempre pensou provisória se estava a estender no tempo, sendo que sente falta de legitimidade para o desempenho pleno das funções. Todavia, caso venha a existir uma votação e o seu nome não obtenha a dupla maioria demite-se de imediato. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Tondela, José António de Jesus, que começou a sua intervenção, afirmando, que esta questão não poderia ser vista no jogo político partidária, sendo que compreendia as posições expressas pelos colegas Rogério Abrantes e João Azevedo, pelo que entende que o interesse da região deveria ser preservado e se esta for a forma, pois que o seja. —————

— Concluiu a sua intervenção, salientando, que o Conselho Intermunicipal tem sido capaz de trabalhar e de cooperar e atendendo a que o Presidente aceita esta estabilidade, propunha que apesar de ser obrigatória a introdução do ponto da ordem de trabalhos o mesmo deixe de ser discutido. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Castro Daire, Paulo Almeida, que começou a sua intervenção, afirmando, que era o mais novo dos presentes e que por esse facto era Vice-presidente sendo que se se colocasse esta equipa a votação e a mesma não obtivesse a dupla maioria como é que isso seria interpretado pelas pessoas e como é que ficariam os colegas que os fossem substituir. —————

— Concluiu a sua intervenção, afirmando, que também ele se demitiria se o seu nome fosse a votos e não merecesse a aprovação do Conselho Intermunicipal. —————

— Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara de Aguiar da Beira, Joaquim Bonifácio, que começou a sua intervenção, afirmando, que a questão política não deveria ser vista da forma como tinha sido colocada, pois a proposta de 2 anos para o PS e 2 anos para o PSD não era uma solução que contemplasse os independentes, pelo que lhe parecia que se estava a trabalhar o “ferro frio”.-----

— Concluiu a sua intervenção, salientando, que na sua opinião não se iria chegar a um acordo, apesar de todos concordarem com a presidência do colega Rogério Abrantes, razão pela qual não percebia o motivo da sua não legitimação.-----

— Neste sentido, foi unanimemente, reconhecido, pelos presentes, que não existiam condições diferentes das que tinham levado, nas suas últimas reuniões, o Conselho Intermunicipal, a não obter uma eleição do Presidente e dos Vice-Presidentes do Conselho Intermunicipal.-----


— Quanto ao **segundo ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 06/02/2018 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 06/02/2018. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a ata. -----

— Quanto ao **terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Aprovação da ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 20/02/2018 - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal colocou à apreciação dos presentes a proposta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal de 20/02/2018. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Conselho Intermunicipal deliberou, por unanimidade, representando 252.093 eleitores, aprovar a ata, não tendo participado na votação o Senhor Presidente da Câmara de Vila Nova de Paiva por não ter estado presente na referida reunião. -----

— Quanto ao **quarto ponto da ordem de trabalho** - Análise, discussão e votação da proposta de designação de personalidade para integrar, com o cargo de Presidente, o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Tondela Viseu, de acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 21º do Anexo II ao Decreto-Lei nº 18/2017, de 10 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho



Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, questionou o Senhor Presidente da Câmara de Tondela e o Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu se tinham algum nome para proporem dado o Centro Hospitalar se encontrar situado nos dois municípios. -----

— Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, Joaquim Seixas, que começou a sua intervenção, informando, os presentes que anterior presidente do Conselho Geral era o Dr. Nuno Carrilho, sendo que à data a presidência era proposta pela Administração do Centro Hospitalar. -----

— Concluiu a sua intervenção o Senhor Vice-Presidente da Câmara de Viseu, propondo o nome do Dr. Nuno Carrilho para o cargo de Presidente do Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Tondela Viseu, tendo a mesma merecido a anuência do Senhor Presidente da Câmara de Tondela. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a designação do Senhor Dr. Nuno Carrilho, para integrar, como Presidente, o Conselho Consultivo do Centro Hospitalar Tondela Viseu. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de designação de dois representantes, um efetivo e outro substituto, de entre os 12 municípios da CIM Viseu Dão Lafões que integram a Região Hidrográfica do Centro, para serem nomeados como vogais da ANMP no Conselho de Região Hidrográfica do Centro, nos termos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro - - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, após auscultar o Conselho Intermunicipal, propôs os nomes dos Senhores Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, como Vogal efetivo da ANMP, e Leonel José Antunes Gouveia, Presidente da Câmara Municipal de Santa Comba Dão, como Vogal suplente da ANMP, no Conselho de Região Hidrográfica do Centro para ocuparem os referidos lugares. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este elegeu, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, Vítor Manuel de Almeida Figueiredo, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, como Vogal efetivo da ANMP, e Leonel José Antunes Gouveia, Presidente da Câmara

Municipal de Santa Comba Dão, como Vogal suplente da ANMP, no Conselho de Região Hidrográfica do Centro. -----

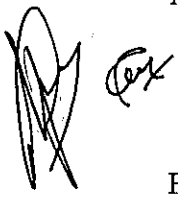
— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **sexto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de designação de quatro representantes, de entre os municípios da CIM Viseu Dão Lafões que integram a área de intervenção territorial do Centro de Emprego e Formação Profissional de Viseu, nos termos do artigo 19º da Portaria n.º 319/2012, de 12 de outubro, alterada pela Portaria n.º 191/2015, de 29 de junho, conjugadas com a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, após auscultar o Conselho Intermunicipal, propôs os nomes dos Senhores João Nuno Ferreira de Azevedo, José Manuel Borges da Silva, Joaquim Ferreira Seixas e Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Presidentes das Câmaras Municipais de Mangualde e de Nelas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, respetivamente para ocuparem os referidos lugares. -----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este elegeu, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, João Nuno Ferreira de Azevedo, José Manuel Borges da Silva, Joaquim Ferreira Seixas e Luís Nuno Tenreiro da Cruz Matoso Martinho, Presidentes das Câmaras Municipais de Mangualde e de Nelas, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Viseu e Secretário Executivo da CIM Viseu Dão Lafões, respetivamente, como representantes, de entre os municípios da CIM Viseu Dão Lafões que integram a área de intervenção territorial do Centro de Emprego e Formação Profissional de Viseu, para o respetivo Conselho Consultivo Local. -----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **sétimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de reprogramação física e financeira da Rede Cultural Viseu Dão Lafões, de acordo com a Informação de Serviço n.º 102/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, solicitou ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho que, de forma sucinta, esclarecesse os presentes sobre o assunto em apreço.—



Foi dada a palavra ao Senhor Secretário Executivo, Nuno Martinho, que, de forma detalhada, explicitou todo o processo que tinha estado na base da proposta ora apresentada, nomeadamente as duas reuniões realizadas com os Senhores Vereadores com o pelouro da cultura e com as entidades culturais, onde foram analisadas as propostas culturais apresentadas pelas estruturas culturais, bem como, a forma de agilização da convocatória aberta, pelo que a proposta em apreço não era mais do que o reflexo do acordado nas referidas reuniões com os Senhores Vereadores.

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de reprogramação física e financeira da Rede Cultural Viseu Dão Lafões —————

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao oitavo ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo Quadro para o fornecimento de acessórios de água”, de acordo com a Informação de Serviço n.º 098/2018, de 23 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 098/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a celebração de “Acordo Quadro para o fornecimento de acessórios de água” —————

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao nono ponto da ordem de trabalhos - Análise, discussão e ratificação da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2018, de acordo com as Informações de Serviço n.º 091/2018, de 22 de fevereiro, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 90º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 091/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço. —————

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, ratificar a da 5ª proposta de alteração orçamental, para o exercício económico de 2018—

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao **décimo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo do Acordo Quadro AQ_03/2016, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões”, de acordo com a Informação de Serviço 101/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 101/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço. —————

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de abertura do procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de limpeza das instalações da CIM Viseu Dão Lafões, ao abrigo do Acordo Quadro AQ_03/2016, da Central de Compras da CIM Viseu Dão Lafões”. —————

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao **décimo primeiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de viatura de serviço, em sistema de renting operacional”, de acordo com a Informação de Serviço nº 100/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 100/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço. —————

— Colocada a proposta a votação, nos termos do nº 2 do art.º 105º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para a “Aquisição de viatura de serviço, em sistema de renting operacional”. —————

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do nº 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —————

— Quanto ao **décimo segundo ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da autorização da realização da despesa e abertura de procedimento para a “Aquisição de serviços, em regime de tarefa e avença, para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro, de acordo com a Informação de Serviço n.º 105/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 105/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, autorizar a realização da despesa e abertura de procedimento para a “Aquisição de serviços, em regime de tarefa e avença, para apoio à implementação e execução das competências delegadas pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional do Centro.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. -----

— Quanto ao **décimo terceiro ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação do Relatório Final relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança relativos à empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística em Viseu Dão Lafões” (AD_04/2018), de acordo com a Informação de Serviço n.º 085/2018, de 21 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro- o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado na Informação de Serviço n.º 085/2018 esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-----

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar o Projeto de Decisão relativo ao procedimento concursal para a “Aquisição de serviços de fiscalização e coordenação de segurança relativos à empreitada para aquisição e instalação de sinalética turística em Viseu Dão Lafões” (AD_04/2018) e a proposta de adjudicação do referido contrato de prestação de serviços à concorrente ALBFI - Consultoria e Projetos Lda., nos termos da sua proposta, pelo valor de 19.980,00€ (dezanove mil, novecentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, bem como, a proposta de minuta de contrato anexa ao Projeto de Decisão.-----

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao **décimo quarto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de aprovação de novos prazos contratuais, no âmbito da contratação pública, de acordo com as Informações de Serviço n.º 109/2018 e 110/2018, ambas de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado nas Informações de Serviço n.º 109/2018 e 110/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço.-

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de aprovação de novos prazos contratuais, no âmbito da contratação pública. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Quanto ao **décimo quinto ponto da ordem de trabalhos** - Análise, discussão e votação da proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município de São Pedro do Sul, de acordo com a Informação de Serviço n.º 104/2018, de 27 de fevereiro, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro - o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto, Rogério Mota Abrantes, apoiado nas Informações de Serviço n.º 104/2018, esclareceu os presentes sobre o assunto em apreço. —

— Colocada a proposta a votação, nos termos do n.º 2 do art.º 105º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, este deliberou, por unanimidade, representando 258.780 eleitores, aprovar a proposta de alteração ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial Viseu Dão Lafões 2020, solicitada pelo Município de São Pedro do Sul. —

— Esta deliberação foi aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do art.º 34º do Código de Procedimento Administrativo, para produzir efeitos imediatos. —

— Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto declarou encerrada a reunião, pelas dezoito horas, lavrando-se a presente ata que, irá ser assinada pelo Senhor Presidente do Conselho Intermunicipal substituto e por mim, José Carlos de Oliveira Almeida, que a redigi. —

